



PERÚ • GUYANA • ECUADOR • BOLIVIA • BRASIL •
GUYANA FRANCESA • SURINAM • VENEZUELA • COLOMBIA



Amazônia Indígena exige que Estados e Organismos Internacionais tomem medidas contra políticas de exploração predatória dos recursos naturais em seu território

Assembleia Ordinária COICA, 12 e 13 de março de 2022

Os povos indígenas da bacia amazônica, através de diferentes espaços e ações, vêm constantemente alertando sobre a grave situação em que nossa mãe natureza e a vida da humanidade se encontram, em função do sistema de exploração dos recursos naturais de forma predatória (ecocida) dos governos e da sociedade atual, um alerta que foi confirmado pela ciência.

Destacamos a necessidade urgente de realizar ações em favor do planeta em espaços internacionais como o último Congresso Mundial de Conservação da IUCN, ocorrido em 2021, e a Convenção Marco das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas – COP 26, alertando que a Amazônia entrou em um ponto sem retorno e, para que ela mantenha suas funções ecológicas e cumpra seu papel como reguladora climática global, devemos pelo menos proteger 80% desta floresta até não mais do que 2025. O estado atual de deterioração da bacia amazônica ameaça não só o desaparecimento dos povos indígenas, mas também a própria vida do planeta. No entanto, os Estados e os Organismos não expressaram um compromisso sólido e falharam em mitigar de forma efetiva os efeitos das mudanças climáticas em nível global.

O estudo do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas - IPCC, divulgado em fevereiro deste ano, mostrou e disseminou que a gestão dos povos indígenas e comunidades territoriais em uso e gozo de seus direitos sobre seu território é a única solução viável para o planeta. Uma vez que outras ações e mecanismos empreendidos para mitigar as mudanças climáticas não produziram resultados e a crise climática se torna mais grave.

Os nove governos que compõem a bacia amazônica, que devem atender às nossas exigências, atuam com medidas anti-indígenas, aprovando concessões que violam o marco legal e os direitos constitucionais, que dividem a base, as organizações regionais e nacionais para impor suas políticas de "promoção de investimentos irresponsáveis", de ampliação da fronteira agrícola e exploração dos recursos naturais de forma predatória acima dos direitos territoriais dos povos indígenas, tornando-se responsável pela destruição da Amazônia.

Conseqüentemente, convocamos todos os países, a sociedade civil, as organizações não governamentais, a academia, os setores produtivos, os cientistas e filantropos, o mundo inteiro, a se unirem aos povos indígenas da Amazônia para realizar uma campanha pela verdadeira proteção da Amazônia. Executando ações urgentes e passando de protesto à proposta e com ela à ação conjunta.

Para atingir esses objetivos, nós da Coordenadoria de Organizações Indígenas da Bacia Amazônica - COICA, **EXIGIMOS:**

1. Aos governos do Suriname, Guiana Francesa e Guiana, o reconhecimento e a ratificação, respectivamente, dos direitos fundamentais dos povos indígenas dentro de sua

legislação, adotando de forma vinculativa as normas nacionais e internacionais vigentes de acordo com suas próprias realidades.

2. Que os mecanismos de financiamento para a mitigação e adaptação dos impactos das mudanças climáticas sejam simplificados e as necessidades dos povos amazônicos sejam atendidas para combater os impulsionadores do desmatamento.
3. Que os mecanismos de moratórias ou perdão de dívidas e de reestruturação da arquitetura financeira multilateral sejam acordados para eliminar cadeias de valor da exploração dos recursos naturais de forma predatória dos territórios indígenas amazônicos.
4. Que o compromisso de apoiar a proteção dos territórios indígenas com 1,7 bilhão de dólares nos próximos quatro anos, adotado na COP 26 por países e doadores privados, seja implementado com urgência, garantindo que a governança indígena faça parte do processo de planejamento e implementação dos recursos destinados à Amazônia, gerando mecanismos próprios e soluções inteligentes para que os recursos atinjam a proporção necessária e diretamente para as aldeias indígenas.
5. Que os governos da bacia amazônica garantam o uso e o gozo dos direitos coletivos e territoriais dos povos indígenas, conforme estabelecido por tratados internacionais, declarações e constituições nacionais, principalmente consulta e consentimento prévio, livre e informado de forma vinculante.
6. Que espaços multilaterais como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - ACTO e o Pacto de Letícia sejam ativados de acordo com seus objetivos, integrando efetivamente a governança regional indígena em seus planos e mesas de trabalho.
7. Que cada país da bacia amazônica reconheça e facilite os processos de demarcação, titulação e expansão dos territórios indígenas bem como o reconhecimento dos mecanismos de gestão territorial dos povos indígenas da bacia amazônica.
8. Que a sociedade global, em seu processo de transição ecológica obrigatória, considere mecanismos de cadeias de valor que reconheçam a integridade da biodiversidade dentro dos territórios indígenas, produtos e serviços que possam ser oferecidos pela economia indígena como solução para o consumismo excessivo que nos colocou na atual situação de crise.
9. Que o Acordo de Escazú, que garante a segurança e a vida dos defensores indígenas na bacia amazônica, seja efetivamente adotado e implementado.
10. Medidas urgentes para proteger a vida e a integridade dos povos indígenas altamente vulneráveis que vivem em Isolamento e Contato Inicial na Amazônia, que correm o risco de serem exterminados por invasões de seus territórios, nas mãos de atividades de exploração dos recursos naturais, colonização e megaprojetos.
11. Finalmente, convocamos nossos irmãos, nossas irmãs e as comunidades populares a defender seu território e alertar para qualquer interferência e perturbação que afete seus direitos.



COORDINADORA DE LAS ORGANIZACIONES
INDÍGENAS DE LA CUENCA AMAZÓNICA

PERÚ • GUYANA • ECUADOR • BOLIVIA • BRASIL •
GUYANA FRANCESA • SURINAM • VENEZUELA • COLOMBIA



Convidamos você a assinar esta declaração e convocar nossos aliados mais próximos, os países que nos apoiaram e o público em geral a mudar a história da humanidade de uma vez por todas.

Amazônia viva, humanidade segura.

Quito, 14 de março de 2022

Atenciosamente,

CONSELHO DIRETIVO DA COICA – CDC

José Gregorio Díaz Mirabal
Coordenador Geral da COICA

Tuntiak Katán Jua
Vice-coordenador Geral da COICA

Elcio Da Silva Manchineri
**Coordenador de Territórios e Recursos
Naturais da COICA**

Adolfo Chávez Beyuma
**Coordenador de Relações Internacionais e
Cooperação**

Tabea Casique Coronado
**Coordenadoras de Educação, Ciência e
Tecnologia**

Michael John McGarrell
**Coordenador de Políticas e Direitos
Coletivos**

Irvin Ray Harvey Ristie
Coordenador de Comunicações e Saúde

Claudette Labonté
Coordenadora da Mulher e da Família

CONSELHO DE COORDENAÇÃO DA COICA – CCC

Marlon Richard
Presidente CONFENIAE (Ecuador)

Tomas Candia Vargas
Presidente CIDOB (Bolívia)

Julio Cusurichi
Delegado AIDSESEP (Peru)

Eligio da Costa Evaristo
Presidente ORPIA (Venezuela)

Fany Kuiru
Delegado OPIAC (Colômbia)

Sirito Yana Aloema
Presidente do OIS (Suriname)

Lemmel Benson Thomas
Presidente APA (Guiana)

Francinara Soares
Coordenador da COIAB (Brasil)



COORDINADORA DE LAS ORGANIZACIONES
INDÍGENAS DE LA CUENCA AMAZÓNICA

PERÚ • GUYANA • ECUADOR • BOLIVIA • BRASIL •
GUYANA FRANCESA • SURINAM • VENEZUELA • COLOMBIA

